



Humberto Calloni ¹

Resenha da Obra: LUC FERRY. “A NOVA ORDEM ECOLÓGICA: A ÁRVORE, O ANIMAL E O HOMEM” (Edição original francesa de 1992 “*Le Nouvel Ordre Écologique*” pela Grasset & Fasquelle). Tradução para o português por Rejane Janowitz - Rio de Janeiro – Difel, 2009 - 252p.

Luc Ferry (1951-) é um filósofo francês contemporâneo. Autor prolífico, sobretudo de obras com assuntos polêmicos que estão na ordem do dia dos grandes e complexos temas da atualidade, como religião, homossexualidade, a relação homem-deus, ecologia, política, democracia, dentre tantos outros. Seus textos possuem um estilo claro, sem ambigüidades, portanto, o que faz com que o seu provável leitor logo sintonize a sua intenção a um tempo didática e franca de provocar reflexões sem mascarar suas concepções filosóficas ao longo das diferentes temáticas pelas quais sua letra flui com invejável familiaridade de quem conhece profundamente o que está pensando.

É verdade que minhas leituras das obras do autor se restringem a três livros, mas isso me bastaria para ter uma noção sobre o seu estilo e o seu caráter intelectualmente honesto de tratar os seus escritos. Por isso, não se trata aqui de realizar uma apologia à sua erudição, mas de franquear aos leitores o meu sentimento, a minha maneira de ler Luc Ferry. Com efeito, li e recomendo a todos quantos se interessam por mitologia grega e Filosofia os seus livros *Aprender a Viver I* e *Aprender a Viver II*. O primeiro trata de pensar a filosofia a partir dos legados estóicos, demonstrando que filosofar é antes de tudo a busca pelo bem viver; o segundo, não menos didático, trata do universo das narrativas míticas gregas, a cosmogonia, as geração de deuses, semideuses e suas relações com os mortais.

Confesso que quando iniciei a leitura de *A Nova Ordem Ecológica* eu já esperava encontrar o mesmo estilo didático presente nas obras que acima mencionei

¹ Professor do Universidade Federal do Rio Grande, doutorado em Educação pela Universidade Federal do RS - UFRGS.

(quando eu digo *didático* quero significar com este adjetivo uma escrita própria dos grandes filósofos, seus argumentos justificados, compreensíveis mesmo aos não iniciados). Mas se *Aprender a Viver I* e *Aprender a Viver II* são livros passíveis de serem lidos por todas as faixas etárias, *A Nova Ordem Ecológica* destina-se a um público cujo conteúdo da obra é particularmente interessante, academicamente ou não.

O livro de que trata esta resenha é dividido em duas partes, além de uma Introdução que não deve ser desdenhada: A Primeira Parte da obra, “O Homem da Antinatureza”, trata de discutir a antiga polêmica da dupla identidade humana, o problema da reificação dos animais, da “natureza” humana e sua antinatureza, da assinatura de Aristóteles e de Descartes nos determinismos das concepções de seres vivos e da espécie humana. Segue-se o item II: “A ‘Libertação Animal’ ou o Direito dos Bichos”, um tema altamente atual e complexo no qual Ferry nos lembra Jeremy Bentham como fundador do movimento de “libertação animal”, seguido por Henry Salt e herdado por Peter Singer. Neste tópico, o autor aponta três concepções filosóficas “opostas relacionadas com a questão dos direitos dos animais: A posição cartesiana, na qual a natureza, inclusive o reino animal, é totalmente privada de direito... em proveito do sujeito humano”; a tradição republicana e humanista, “onde o homem é o único ser que possui direitos...”, ainda que “o ser humano está ligado por certos deveres para com os animais, em particular o de não lhes infligir sofrimentos *inúteis*”; e o pensamento utilitarista, o qual argumenta que todos os seres suscetíveis de prazeres e sofrimentos possuem direitos, na medida em que “*todas as coisas são iguais*”, “sendo portanto ilícito fazer sofrer um bicho tanto quanto um humano”. O terceiro item da Primeira Parte trata de discutir “Nem Homem nem Pedra: O Ser equívoco”, onde o autor se debruça sobre a discussão da razão moderna (Descartes) e sua concepção de que os animais são máquinas; Rousseau e sua concepção dualista animal e humano.

A Segunda Parte da obra trata da Ecologia Profunda ou *deep ecology*, inspirada pelo filósofo e ecologista norueguês Arne Naess, em 1973. Fritjof Capra em *A Teia da Vida*, destaca sua associação à escola filosófica de Naess, que distingue duas compreensões de ecologia: a “ecologia rasa” e a “ecologia profunda”. A primeira, centrada no homem, no antropocentrismo e a segunda no meio ambiente natural, onde o homem é apenas um fio na grande teia da vida e reconhece “o valor intrínseco de todos os seres vivos”. O primeiro capítulo dessa Segunda Parte tem como título “Pensar como uma Montanha”: O Grande Desígnio da ‘Ecologia Profunda’, onde o a Terra é um

sistema profundamente sensível, harmonioso e frágil e “não uma simples matéria bruta, maleável e sujeita ao trabalho gratuito à vontade”, onde o humanismo não seria mais o remédio para a crise do mundo moderno, mas exatamente o seu mal. Para o autor, a ecologia profunda inspira diferentes grupos e pensadores, dentre os quais poderíamos citar os movimentos Greenpeace e Earth First, associações como o Sierra Club, frações dos Partidos Verdes e trabalhos filosóficos como o de Michel Serres (O Contrato Natural, por exemplo) e de Hanz Jonas (O Princípio Responsabilidade). Há em ambos os autores uma crítica ao humanismo transcendental em que o ser humano, notadamente a partir de Descartes, tem domínio supremo sobre os elementos da natureza e abusa de seu domínio. Embora haja divergências entre Jonas e Serres em relação à analogia entre o ser humano e a natureza, há entre ambos “um elo de filosófico estrito entre a necessidade de uma crítica ao humanismo e a de reconhecimento dos direitos da natureza”. A partir desse I item da Segunda Parte, Luc Ferry irá aprofundar o debate acerca da Ecologia Profunda que, por razões de limites desta Resenha não farei maiores comentários, embora recomende ao leitor uma visita à obra em apreço.

O II item trata d’A Ecologia Nazista”: As legislações de Novembro de 1933, Junho de 1934 e Junho de 1935”, na Alemanha nazista e em 1939 a obra “O direito alemão de proteção dos animais” e outras legislações anteriores protegendo a natureza contra a caça, o desmatamento, a crueldade contra os animais. O amor de uma natureza (romântica) é inversamente proporcional ao ódio que o ditador nutria pela humanidade.

O III item trata de “O Elogio da Diferença ou as Transformações do Esquerdismo. O caso do Ecofeminismo”. O IV item versa sobre “A Ecologia Democrática e a Questão dos Direitos da Natureza”, onde o autor aprofunda suas reflexões sobre a *deep ecology* e a paixão democrática na ética pelo meio ambiente, resgatando a memória do surgimento do movimento ecológico na década de 1960 como movimento político, cujos valores da época enalteciam uma “ética da autenticidade”. Esse movimento, paralelamente às revoltas estudantis de Maio de 1968, segundo Ferry, visavam também a valorização da ideologia do *be yourself*, ou seja, “o desejo de cuidar e fazer desabrochar o próprio corpo e espírito, do que os princípios rígidos e mortíferos do maoísmo ou do trotskismo” por parte de uma certa esquerda libertária. Fazer as próprias escolhas, ou “viver a própria vida”, eis o que dizia a ética da autenticidade.

Finalmente, o livro finda com o “Epílogo: Nacionalismo e cosmopolitismo: As três culturas”, onde o autor se debruça sobre a idéia de nação a partir do ponto de vista da Europa, entre o nacionalismo e o cosmopolitismo. Ou seja: “O cosmopolitismo não se opõe mais aqui ao nacionalismo – mesmo que seja preciso afirmar a supremacia do momento de desprendimento dos códigos herdados sobre o momento da tradição (...). É aí, me parece, que reside o verdadeiro perigo ao qual nos exporia uma vitória do ecologismo radical na opinião pública: ao considerar a cultura, à maneira da sociobiologia, um simples prolongamento da natureza, o mundo inteiro do espírito estaria sendo posto em perigo. Entre a barbárie e o humanismo, é à ecologia democrática que compete agora decidir”.

Por último, este texto não pretende ser um resumo da obra em questão, mas uma pálida idéia do complexo debate que proporciona aos que se interessam pelos direitos dos animais, à ecologia profunda e suas possíveis contradições, às questões políticas e culturais que atravessam o debate sobre natureza e humanidade, um Contrato Natural de paz entre os homens e a natureza (Serres), a ética da autenticidade que enaltece o cuidado de si que, por sua vez, passa a ser um cuidado para com o outro, o nosso próximo e a natureza como um todo. São questões atuais que merecem nossa atenção, pois possuem transcendências próprias às problemáticas ainda não de todo resolvidas, como a eutanásia e o aborto, à violência íncita à espécie humana ao que lhe é estranho, diferente e contrário, mesmo em nível das idéias. Ao egoísmo individual, de grupos e organizações há que prevalecer o altruísmo, a solidariedade que, mesmo sendo antinatural à animalidade do humano é a qualidade que o define humanamente. Um humanismo não metafísico. Um humanismo laico e responsável.